



**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR PARA ALUNOS DO SEXTO ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL II: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*ORGANIZATION OF PEDAGOGICAL WORK ON INCLUSIVE
EDUCATION CONTENT IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION
CLASSES FOR STUDENTS IN THE SIXTH YEAR OF ELEMENTARY
EDUCATION II: EXPERIENCE REPORT*

Priscilla Batista da Mata. Especialista em Educação Inclusiva e Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
priscillabatista.dmata@hotmail.com

Evódio Maurício Oliveira Ramos. Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
emoramos@uefs.br

RESUMO

O relato de experiência teve como objetivo apresentar os desafios e possibilidades que surgem ao organizar pedagogicamente o conteúdo relacionado à Educação Inclusiva de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar, a partir das experiências vivenciadas nas aulas, em duas turmas de sexto ano do ensino fundamental, de uma escola da rede privada de Feira de Santana. Assim sendo, são relatadas as dificuldades enfrentadas e as estratégias utilizadas para superá-las,

ABSTRACT

The experience report aimed to present the challenges and possibilities that arise when pedagogically organizing the content related to Inclusive Education for students with disabilities in School Physical Education classes, based on the experiences lived in classes, in two sixth-year classes elementary school, from a private school in Feira de Santana. Therefore, the difficulties faced and the strategies used to overcome them are reported, adding to the teaching sphere a more critical look at pedagogical practice

agregando no âmbito docente o olhar mais crítico diante da prática pedagógica e possibilitando aos alunos o acesso a um ensino com maior qualidade e de forma integral, abordando a pluralidade, diversidade e inclusão. Além disso, por meio deste trabalho, foi possível evidenciar a importância do conteúdo Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física, a invisibilidade do mesmo, assim como a notoriedade do conhecimento na realidade da sala de aula, potencializando e desenvolvendo novas reflexões e habilidades nos alunos .

Palavras-chave: deficiência; educação física; educação inclusiva.

and enabling students to access higher quality and comprehensive teaching, addressing plurality, diversity and inclusion. Furthermore, through this work, it was possible to highlight the importance of the Inclusive Education content in Physical Education classes, its invisibility, as well as the notoriety of knowledge in the reality of the classroom, enhancing and developing new reflections and skills in students.

Keywords: disability; physical education; inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato foi desenvolvido a partir de experiências vivenciadas nas aulas de Educação Física em uma escola da rede privada da Educação Básica de Feira de Santana. O interesse pelo tema surgiu com o entendimento da importância de abordar o conteúdo Educação Inclusiva para alunos com deficiência na escola, visto que é um conteúdo invisibilizado devido à falta de formação de professores e pouco ou nenhum domínio em relação ao conteúdo. Considerando o papel dos professores de Educação Física em relação ao desenvolvimento do aluno, a discussão sobre inclusão traz à tona as várias lacunas existentes no processo de formação.

Essas brechas durante a formação explicam ser tão comum a falta ou a superficialidade da abordagem das práticas corporais aqui exemplificadas, como: dança, ginástica, jogos e lutas. Além disso, a supervalorização do esporte de forma competitiva, estabelecendo vitórias e derrotas, é muito forte, e essa problemática envolve alunos que entendem a aula de Educação Física como um espaço para esportivização e prática competitiva, e professores que não possuem domínio sobre o conteúdo e suas potencialidades, fazendo com que a abordagem do conteúdo nas aulas seja de forma entediante.

O professor precisa ter as mínimas capacidades necessárias para propor uma educação humanizada, com a finalidade de garantir o acolhimento e o pertencimento do aluno aos grupos que integram o seu cotidiano, tanto na escola quanto em outros ambientes. Assim, o foco das aulas de Educação Física no espaço escolar não deve se restringir ao ensino do conteúdo esportivo, ou seja, é necessária a abrangência de temas necessários à humanização dos alunos com os quais não tenham contato. Durante as aulas, foram utilizados materiais, como: cadeira de rodas, faixas para tapar a visão, bolas de guizo, dentre outros materiais necessários para sensibilizar e enriquecer uma aula direcionada à inclusão de pessoas com deficiência.

Este relato apresenta relevância científica e retorno social, visto que as ponderações apresentadas no mesmo poderão orientar a prática pedagógica de professores de Educação Física, em direção a visibilizar as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento das aulas e do processo de ensino-aprendizagem da Inclusão nas aulas de Educação Física no contexto escolar, apresentando possibilidades e estratégias para o trato do conteúdo de forma instigante e que garanta a humanização e participação dos alunos, sem exclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Afirmam Santos e Lima (2020) que a cada ano aumenta o número de estudantes com deficiência na educação básica, o que traz relevância para a temática a ser discutida. Faz-se necessário discutir o trato da temática inclusiva nas aulas, assim como a formação do professor como fator potencializador da garantia de inclusão para alunos na escola básica, sendo necessário, dessa forma, realizar uma análise dos saberes necessários e problematização das propostas de formação.

Durante muito tempo, a humanização foi negada para um grupo de pessoas. Conforme Sasaki (2002), o movimento de inclusão escolar teve início por volta de 1985 e se impulsionou na década de 1990. Por muitos séculos, na história da humanidade, as pessoas com deficiência eram pessoas sem direitos a viver em sociedade e a uma educação.

Para Sasaki (2002), a história educacional das pessoas com deficiência é destacada através de quatro paradigmas: exclusão, segregação institucional,

integração e inclusão. Conforme o autor, no período demarcado pela exclusão, as pessoas com deficiência eram consideradas sem merecimento para a educação. A fase da segregação institucional compreende o acesso dessas pessoas apenas a instituições especiais, representadas por hospitais e residências organizadas pelos próprios familiares, uma vez que eles não poderiam acessar as instituições de ensino que as demais pessoas frequentavam (Sasaki, 2002).

Ainda na visão do autor, na fase da integração, as crianças e jovens que tinham mais aptidão eram encaminhados para as salas comuns, classes especiais e salas de recurso; e, por fim, a fase da inclusão, na qual todas as pessoas frequentam a sala comum, porém os estudantes com deficiência deveriam se adequar às propostas curriculares desenvolvidas em sala diante dos mesmos critérios utilizados com os demais colegas.

Desde a década de 1980, a inclusão vem sendo discutida em alguns países. No Brasil, essa temática passa a ter evidência apenas após a criação da Constituição de 1988 e, de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

Conforme Garla, Valentim e Poker (2017), a educação inclusiva abrange e perpassa decisões que refletem diretamente no processo educativo escolar. Na maioria das vezes, para incluir, práticas tradicionais precisam ser confrontadas e isso compreende o ponto de vista organizacional, político e didático-pedagógico.

No entendimento de Santos e Lima (2020), reconhece-se que a formação inicial deve ter bases sólidas, com formação teórica que dialogue com a temática da inclusão. Porém, os profissionais do ensino comum desconhecem as características das deficiências e das potencialidades dos estudantes, o que se constitui como barreira altitudinal, de práticas pedagógicas e resistência à exclusão.

Em 2002, a Resolução CNE/CP no 1/2002 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, no nível superior. Conforme a letra da lei,

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2008, p. 9).

Santos e Lima (2020) sustentam que para tratar o tema inclusão é necessário evidenciar a necessidade de uma educação com qualidade, que por sua vez é o reflexo da existência de professores com a formação que os prepare para atuar de forma democrática e inclusiva, utilizando o ensino para abranger e favorecer a aprendizagem de todos. Conforme Bazon et al. (2018), a Educação Física é um direito universal, por isso todos os alunos devem ter oportunidade de participar de forma ativa.

Para Machado *et al.* (2020), tendo como referência as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observa-se que desde a primeira, divulgada em 1961, a Educação Física é colocada como obrigatória nos currículos das escolas. O componente curricular objetiva o trabalho de várias práticas corporais, trabalhando os seus aspectos históricos, sociais e culturais, sendo responsabilidade da Educação Física ensiná-las aos sujeitos nas escolas.

De acordo com Greguol, Malagodi e Carraro (2018), observa-se que muitos professores de Educação Física se veem cercados de questionamentos diante do desafio de planejar atividades e saberes que possam contemplar estudantes com diferentes possibilidades e condições específicas. A postura dos professores diante da inclusão de alunos com deficiência seria muitas vezes contraditória, evidenciando o receio de não possuir a competência para as intervenções, porém, demonstrando consciência sobre os benefícios da inclusão para os alunos.

Segundo Greguol, Malagodi e Carraro (2018), tem sido crescente o número de alunos com deficiência matriculados no sistema regular de ensino; e, apesar de os professores de Educação Física demonstrarem ser mais predispostos à inclusão, somente a adequada capacitação profissional e inserção de novas abordagens curriculares poderão melhorar a sensação de competência desse profissional, colaborando para a mudança de suas atitudes. Espera-se, portanto, que as diferenças passem a ser percebidas não como um entrave no processo educacional, mas como uma necessidade de desenvolvimento humano no contexto de ensino-aprendizagem.

Em 1987, o Conselho Federal de Educação Física, conforme a Resolução 3/87, cria a Educação Física Adaptada nos cursos de Educação Física. A mesma exprime a atuação do Professor de Educação Física em espaços inclusivos com pessoas com deficiência, que apresentam variadas necessidades especiais.

Conforme Figueiredo, Mancine e Brandão (2018), a Educação Física, além de proporcionar benefícios físicos, também contribui para a formação dos indivíduos, possibilitando o desenvolvimento de habilidades sociais, como relações interpessoais. Entendendo que as práticas corporais não são a única forma de expressão do conteúdo das aulas de Educação Física, a mesma tem o papel que envolve também a promoção do desenvolvimento sociocultural dos alunos como cidadãos.

No entendimento de Bazon *et al.* (2018), o professor teria um papel essencial durante o processo de inclusão. A partir dessa reflexão, também é pensado nos formadores de professores, pois a temática torna-se ainda mais importante, já que esses profissionais estarão formando os futuros professores que favorecerão ou não o âmbito possível para a inclusão na educação básica.

O professor e a escola têm a responsabilidade de construir um ambiente acessivo e inclusivo. Entendemos que a presença de pessoas com deficiência em espaços educativos não pode ser apenas uma obrigatoriedade para o cumprimento de leis. Destarte, para Bazon *et al.* (2018), discutir o tema da educação inclusiva requer uma reflexão sobre a formação de professores em relação às práticas e significações da diversidade do ser humano. Observam-se como fatores negativos as barreiras altitudinais que configuram um entrave para o sucesso do processo inclusivo, assim como o pouco apoio institucional em relação às condições de inclusão nas universidades, que também necessitam de vários ajustes para efetivação do processo inclusivo.

O professor de Educação Física tem o seu papel no processo de inclusão: através de suas intervenções, torna-se uma ponte que possibilita o desenvolvimento de habilidades físicas, mentais, motoras e sociais, liga o indivíduo isolado ao convívio de outras pessoas e, conseqüentemente, com a sociedade, possibilitando a sociabilização. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) são iniciativas governamentais que visam promover a inclusão e a igualdade de condições para pessoas com deficiência no sistema escolar.

A Educação Física inclusiva é uma prática que busca promover o respeito ao próximo e a inclusão por meio de atividades esportivas, com o objetivo de combater a discriminação, o preconceito e a exclusão de pessoas com deficiência, além de conscientizar os alunos e a comunidade local sobre a importância da inclusão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As aulas foram desenvolvidas em uma escola privada localizada na cidade de Feira de Santana, no interior da Bahia, que, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico de 2023, atende a uma comunidade de classe média, residente no bairro da escola e entorno. A instituição trabalha com as três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e oferta as aulas nos períodos matutino e vespertino.

O relato foi construído a partir das experiências adquiridas durante as aulas com o conteúdo Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física, e a organização do trabalho pedagógico foi desenvolvida durante os meses de julho, agosto e setembro de 2023, durante o 3º Bimestre, nas duas turmas de sexto ano, com um total de 6 (seis) aulas.

O colégio possuía duas aulas de Educação Física durante a semana em cada turma de 6ª ano, que eram divididas em A e C. As duas aulas aconteciam no mesmo dia e eram divididas em momento teórico e prático. Sobre as aulas relacionadas à Educação Inclusiva de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, elas foram tematizadas como: Inclusão: definição de deficiência, origem, história e exemplos de práticas inclusivas; Bobinho com olhos vendados e bola com guizo, importância e relevância da inclusão nas aulas para alunos e a sociedade; futebol de cinco com bola de guizo e esporte inclusivo: definição e vivência das capacidades físicas e as sensações corporais; basquete de cadeira de rodas, vôlei sentado e tiro ao alvo.

Na primeira aula, trabalhamos a temática inclusão, as formas de deficiência física, auditiva, visual e intelectual, e como cada uma afeta as capacidades do indivíduo. Delimitamos as definições de esporte inclusivo e o objetivo dos mesmos juntamente com origem, história e exemplos.

Na segunda aula abordamos de forma mais específica a deficiência visual, e foi proposta em quadra a atividade de bobinho com olhos vendados, em que os alunos sentaram em forma de círculo e um aluno com olhos vendados foi escolhido para ficar no meio do círculo. Os alunos deveriam bater a bola de gude no chão ou sacudi-la e jogá-la de forma a percorrer o chão e passar pelo colega do centro com olhos

vendados até chegar em outro colega na roda. O objetivo era que o aluno com a venda pudesse, através dos demais sentidos, identificar a localização da bola e interromper o trajeto da mesma, agarrando-a. A atividade aconteceu de forma revezada, e todos os alunos participaram.

Na terceira aula, abordamos a importância da inclusão nas aulas para alunos, sociedade e também a importância de possibilitar a participação de pessoas com deficiência em modalidades esportivas, garantindo às mesmas o direito ao lazer que é determinado em lei. Durante a aula, foi explicada a modalidade futebol de cinco com bola de guizo.

A quarta aula foi realizada com a prática da modalidade futebol de cinco, em que foram separados dois times de cinco alunos para entrarem em quadra com a venda nos olhos e com a bola de guizo seguiam o mesmo objetivo do jogo de futsal: conduzir a bola com os pés, adentrar a área adversária e fazer o gol. Os alunos se revezaram em várias equipes a fim de que todos participassem.

Na quinta aula, teorizamos o esporte inclusivo através da definição e vivência das capacidades físicas e das sensações corporais, e explicamos as modalidades de basquete de cadeira de rodas, vôlei sentado e tiro ao alvo.

E na sexta aula partimos para a prática das modalidades citadas. Por indisponibilidade de cadeiras de rodas para todos os alunos, foi feita uma adaptação nas aulas, pois existiam apenas duas cadeiras de rodas. A fim de que toda a turma participasse, a mesma foi dividida em dois grupos, alinhados em fila indiana. A atividade consistiu que, ao apito, o primeiro aluno da fila sentaria na cadeira de rodas e o segundo deveria conduzi-lo até próximo da cesta de basquete, onde receberia uma bola de basquete e deveria fazer o arremesso sem se levantar.

Posteriormente, foi realizado o vôlei sentado, para o qual a turma foi dividida em dois times com oito alunos em cada time, e uma rede de vôlei tocando ao chão, dividindo a quadra. O jogo seguiu a mesma dinâmica do vôlei tradicional, acrescido da regra de não poder levantar para bater na bola, nem para se deslocar. Todos os movimentandos deveriam ser sentados, e ganharia a equipe que colocasse mais bola no chão da área adversária.

Ao final da aula, sempre era realizada uma roda de conversa, instigando os alunos a compartilharem o que acharam da vivência, abordando dificuldades, vantagens e curiosidades a partir da percepção dos mesmos com o jogo. Os dados

coletados e os nomes da instituição e alunos não serão citados a fim de respeitar o direito de imagem e anonimato.

4 RESULTADOS

Esta seção é reservada para a análise dos desafios e possibilidades na organização pedagógica do conteúdo Educação Inclusiva de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física para alunos do sexto ano do ensino fundamental na escola em que foram ministradas as aulas. Durante as aulas, ficou evidente, no primeiro momento, a resistência dos alunos a participarem de aulas em que não fosse trabalhado o conteúdo Futsal ou baleado.

A fim de compreender a discussão a fundo, precisamos refletir sobre a história da educação física, que se ergue em um contexto fortemente negligenciado e afastado no amplo cenário escolar civil, ou seja, sendo basicamente desenvolvida para uso exclusivo das instituições militares, sem valorizar os traços pedagógicos e, durante muito tempo, era entendida de forma errada, apenas como sinônimo de práticas esportivas de modelagem do corpo e alto rendimento. Tais concepções em relação à disciplina perduram até os dias atuais e são refletidas fortemente nas aulas.

A partir da reflexão acima, é possível mensurar a função da escola de não só proporcionar conteúdos de forma sistematizada, mas de desenvolver o senso crítico capaz de humanizar o ser humano e mudar a sociedade.

Porém, o sistema que rege a sociedade tem uma configuração que propõe a educação a fim de propagar e garantir os próprios interesses de educação em que os seres são alienados e educados de maneira que não exista a sensibilização do lado reflexivo para mudança de vida e sociedade. Educação essa que humanize e capacite para entender o modelo de sociedade, refletir e impor mudanças.

Uma das dificuldades enfrentadas durante as aulas foi provocar os alunos para entender que a Educação Física não se resume a esportes com competições e foco na vitória/derrota. Possibilitar nos alunos outras reflexões sobre outros temas que devem ser abordados na aula, como jogos, dança, ginástica, lutas e esportes, de forma inclusiva, é um exercício que precisa de tempo, intencionalidade no ato pedagógico e reflexões bem situadas sobre o quão interessante é conhecer e praticar outros conteúdos da Educação Física.

Discutir inclusão é um ato posicionado contra o sistema guiado pelo capitalismo, que nos remonta a uma concepção de corpo visto como força de trabalho, possibilidade de produção em grande escala, capaz de cumprir longas horas de trabalho exaustivos. Diante desse modelo dominante, um corpo que não é capaz de atender às suas exigências passa a ser hostilizado com diferentes formas de discriminação.

A sociedade constitui-se um marcador social que tramita entre “diferença” e “forma de opressão”. Fatores como esse nos possibilitam um nível de reflexão sobre o porquê desses corpos serem invisibilizados na sociedade, empregos, escolas e por que as práticas que possibilitam a participação dos mesmos não são vistas como importantes, e tendem a ser desvalorizadas e silenciadas pelos que acessam o sistema social e educacional, dentre outros.

Ao início da primeira aula teórica sobre a inclusão, existiram algumas expressões dos alunos que direcionavam a falta de relevância ou perda de tempo direcionar uma aula para o diálogo sobre a inclusão. Alguns alunos se referiam a pessoas com deficiência como loucas e que deveriam ir para o hospício. Foi necessária a interrupção da aula para problematização de algumas dessas questões, convidando-os para refletirem em relação à necessidade de aceitar e respeitar os que não se enquadram nos padrões da sociedade; a questão do envelhecimento, que se não somos hoje, um dia poderemos ser pessoas com deficiência, ou termos um filho/familiar que nasça ou adquira alguma deficiência durante a vida. Foi provocado em todos a visão sobre os sentimentos e a humanidade que é carregada em todos, e que somos todos iguais.

Para isso, também foi trazida para a aula a definição de deficiência que, segundo o Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, o conceito de pessoa com deficiência é atribuído à pessoa com impedimentos que abrangem a natureza física, mental, intelectual ou sensorial, cuja interação e participação na sociedade fica prejudicada diante de uma ou mais barreiras, gerando impedimento na isonomia quando comparada com outros indivíduos.

Ou seja, os alunos foram provocados a pensarem sobre o sistema e a organização do mesmo juntamente com as atitudes causadoras de uma visão baseada em limites e não nas potencialidades dessas pessoas. Os alunos ainda foram

convidados a refletir sobre as barreiras que criamos e as dificuldades dessas pessoas diante disso.

A partir das problematizações, uns alunos conseguiram expor a existência de alguém na família com algum tipo de deficiência e a mudança de pensamento de alguns. Sob essas questões, foi necessário um olhar sensível e apropriação do conteúdo para trazer o nível de compreensão a duas turmas de sexto ano, em que apenas uma aluna expressou já ter ouvido falar sobre a temática devido a sua mãe ser professora e trabalhar em uma instituição municipal que oferece acompanhamento pedagógico a pessoas com deficiência.

Conforme a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em 2019, uma estimativa de 14,5 milhões de domicílios tinha no grupo familiar moradores com no mínimo uma deficiência. Esses dados representaram 19,8% dos domicílios brasileiros.

Os alunos foram guiados a entender os direitos de todos, as expressões em leis e sobre a existência de dispositivos legais que propõem que a escola e a sociedade possibilitem a participação desse público, a fim de que eles também sejam incluídos e que possam demonstrar suas potencialidades, sendo essa uma das justificativas para trabalhar o conteúdo nas aulas.

Neste sentido, a inclusão escolar perpassa por inserir, além de proporcionar aos estudantes com deficiência o acesso à escola por meio das matrículas, como também exige uma reorganização das atuais condições institucionais, em que pesquisas indicam que os desafios existentes vão além de fatores como métodos pedagógicos, atividades avaliativas adaptadas, recursos e espaços físicos adequados. Buscamos essa reorganização nas aulas de Educação Física ao propor a inclusão como conteúdo nas aulas da disciplina.

Em uma das aulas, os alunos foram convidados a vivenciar a ausência da visão jogando o bobinho com vendas e bola de gude. Durante a prática, tivemos o problema de espaço, já que a quadra estaria reservada para um evento, o que fez com que nossa prática se iniciasse na sala e terminasse no pátio, dificultando a organização e concentração dos mesmos diante da atividade por ter um espaço pequeno e não possibilitar toda a turma se organizar de uma só vez. Mesmo assim, os alunos expressaram empolgação com a prática e pediram para que fosse repetida na próxima aula.

A partir dessa análise, é possível inferir que muitos alunos ofereciam resistência à teorização e prática relacionada à temática inclusão por nunca terem ouvido de forma contextualizada e não terem vivenciado. É fundamental garantir que todos os alunos venham a ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado, sistematizado, organizado e ampliado, e também que deem significado e sentido às suas aprendizagens, valorizando as possibilidades de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação.

As demais aulas teóricas e práticas envolvendo basquete de cadeiras de rodas, vôlei sentado e tiro ao alvo ocorreram de forma mais tranquila, sem tanta resistência, porém sempre os mesmos solicitavam um tempinho para o Futsal e o baleado. Sabendo o papel que a escola possui nesse processo, destacamos que o componente curricular Educação Física possui o mesmo valor que é atribuído aos demais componentes curriculares e, portanto, as mesmas funções de formar de maneira crítica e inclusiva. Conforme Poker, Valentim e Garla (2017), a formação é o elemento primordial, capaz de ajustar uma escola que seja baseada na igualdade.

Ao final das aulas de Educação Física Inclusiva, durante a roda de reflexão, observou-se um início de mudança de pensamento por parte dos alunos. Alguns se referiam às atividades como legais e desafiadores, pediam repetição. Outros conseguiram refletir sobre a dificuldade encarada quando estavam na cadeira de rodas ou no vôlei sentado e tinham redução de movimentos. Tais experiências possibilitaram aos mesmos se colocarem no lugar das pessoas com esse tipo de deficiência e entender o quão injusto seria excluí-los de uma prática por conta de uma limitação que pode ser reduzida com a utilização de adaptações.

Os alunos foram provocados a refletir sobre a Educação Física, que não se restringe apenas ao conhecimento sobre o corpo, mas também foca no desenvolvimento e crescimento do aluno, capacitando seu conhecimento para refletir sobre suas possibilidades de aprendizado. Nos dias de hoje, dentre os diversos objetivos da Educação Física na escola, está o desenvolvimento motor e psíquico dos alunos, pois se compreende que é através de várias atividades que os educandos aprendem e evoluem em sua formação como cidadãos.

As aulas de Educação Física podem servir para promover conhecimento a partir da resolução de problemas, superação de limites e cooperação. A inclusão nas aulas de Educação Física oportuniza o conhecimento e a possibilidade de refletir

sobre questões relacionadas ao corpo e ao movimento, devendo, assim, facilitar a compreensão dessa cultura. Por fazer parte do currículo escolar, a mesma deve constituir o processo da inclusão escolar e social. Porém, existe a necessidade de que os cursos de educação superior, que formam o licenciado em Educação Física, desenvolvam competências para esse fim.

Os alunos aderiram às aulas e participaram de forma satisfatória; porém o pensamento esportivizado de práticas competitivas perdurou e o pedido para alternar os conteúdos não deixou de ser expresso pelos mesmos. Entendemos que essas questões são nutridas pelo histórico da Educação Física, que é concebida com caráter esportivizado e competitivo. Apesar do entendimento, identificamos a necessidade de professores formados para imergir com outros conteúdos e discussão nas aulas de Educação Física escolar, sendo necessário o diálogo sobre a temática.

5 CONCLUSÃO

A partir do objetivo, exploramos as possibilidades e o confronto da organização do trabalho pedagógico do conteúdo Inclusivo nas aulas de Educação Física Escolar para alunos do sexto ano do ensino fundamental. Os resultados expressos através da pesquisa revelam o quão complexo tem sido trabalhar conteúdos que perpassam a esportivização e a alta performance.

Destarte, Bazon *et al.* (2018) afirmam que a formação inicial para abranger a inclusão precisa proporcionar professores assegurados de conhecimentos pedagógicos específicos, possibilitando debates com o objetivo de diminuir as barreiras atitudinais enraizadas na sociedade e contemplar a formação de formadores a fim de promover a reflexão de quem são os formadores e que ação pedagógica tem sido desenvolvida, a fim de proporcionar ao licenciado uma formação capaz de atuar em escolas com propostas inclusivas.

Partindo desse princípio, entendemos a importância da formação dos professores de Educação Física para atuar de forma inclusiva e a relevância para a formação profissional e atuação diária, visto que o trato do conteúdo e a inclusão dos alunos nas aulas de Educação Física escolar devem ocorrer independente do seu

talento ou deficiência, pois trazem inúmeros benefícios para os alunos, para os professores e a sociedade em geral. O convívio das crianças e adolescentes com essa temática e aproximação com práticas que possibilitam o desenvolvimento de potencialidades de todos reforça atitudes positivas no processo da inclusão e desenvolvimento físico, social e intelectual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Melina Silva. **Divisão social do trabalho e alienação na formação de professores de educação física da UFS: o estágio supervisionado/prática de ensino enquanto síntese dialética dos projetos em disputa.** (142f.). 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

BAZON, F. V. M.; FURLAN, E. G. M.; FARIA, P. C. DE; LOZANO, D.; GOMES, C. Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, 44, e176672, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844176672> . Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 31 de março de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2004b. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72004.pdf?query=PLENA. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. MEC. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC, Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular nacional: ensino fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CIRÍACO, F. L. Inclusão: um direito de todos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FIGUEIREDO, P. R. P.; MANCINI, M. C; BRANDÃO, M. B. A participação de adolescentes com paralisia cerebral na educação física escolar. **Porto Alegre**, v. 24, n. 3, p. 801-814, ul./set. de 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/8crHC9zGfknBSmvWpms8Tnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2023.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. **Revista Brasileira De Educação Especial**, 24(1), 33–44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100004>. Acesso em: 29 nov. 2024.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de Pedagogia (*School inclusion and initial teachers training: the perception of students graduated in Education*). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 876–889, 2017. DOI: 10.14244/198271992016. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2016>. Acesso em: 16 dez. 2022.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 17, e677, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/677qhyPHcwGg7yYPQ69xVVd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 nov. 2024.

SANTOS, Jociane; LIMA, Paulo. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Revista Docent Discunt. Engenheiro Coelho**, SP, volume 01, número 1, p. 63-70, 2º semestre de 2020. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315/1192>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-orum/article/view/1129>. Acesso em: 20 fev. 2022.